



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O PARLAMENTO EM REDE

Um estudo sobre o website E-Cidadania do Senado Federal

Marcelo Bezerra Castro

(marcelo_bcastro@yahoo.com.br)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Sociologia

BRASIL



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este trabalho objetiva aprofundar-se sobre o uso da internet como meio para o aperfeiçoamento e democratização das políticas públicas destinadas a participação social no Senado Federal brasileiro, buscando examinar por meio de dados e teoricamente os conceitos de sociedade em rede, legislação participativa e democracia digital e seus limites e possibilidades diante da iniciativa do website “E-Cidadania” do Senado Federal, usando para tanto as perspectivas metodológicas da “avaliação em profundidade” e da “abordagem participativa”, e dialogando os resultados do trabalho com teorias dos pensadores Jean-Jacques Rousseau e Manuel Castells. O E-Cidadania é um website hospedado no portal do Senado, e tem por objetivo estimular maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, através de 3 ferramentas: A “Ideia Legislativa”, onde é possível enviar e apoiar ideias legislativas; O “Evento Interativo”, onde é possível participar de audiências públicas por meio de uma página específica que é criada para transmitir cada evento; e a “Consulta Pública”, onde é possível opinar sobre proposições em tramitação. Criado em 2015, o E-Cidadania já produziu números expressivos, sendo realizados 718 eventos interativos, ter recebido um total de 8.752 ideias de lei e feitas 4.126 consultas públicas, que juntas receberam 2.922.785 de votos até outubro de 2016. Neste contexto, para analisar o website e entender em que medida este cria e projeta um novo tipo de relação entre a esfera civil e a política, buscarei responder inicialmente quatro perguntas: 1) Qual o modelo de participação? 2) Quais estratégias de divulgação e mobilização de usuários e parlamentares e suas motivações para engajamento e ausência? 3) Qual o volume e frequência da participação, perfil dos usuários e suas percepções sobre o website? E 4) Que resultados esta participação produz no circuito legislativo? Em um contexto atual de forte demanda por participação dos cidadãos na política, expresso intensamente desde as “jornadas de junho” em 2013; de desgaste ético e crise de legitimidade do congresso nacional, expresso em inúmeras pesquisas que medem o grau de confiabilidade nas instituições; e de consolidação da internet como meio mobilizador eficiente no cenário político, iniciativas como o E-Cidadania podem produzir e conduzir o debate público sobre o controle social do parlamento, apontando e impulsionando os caminhos da consolidação destas necessárias políticas públicas, visto que aperfeiçoam o sistema democrático. Diante disso, considero que a iniciativa do E-Cidadania lidera hoje uma tendência promissora na esfera política brasileira e que



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

seu estudo pode ser definidor em seus rumos, percebendo que os conceitos de governo eletrônico e democracia digital avançam na medida em que, em decorrência dessa forte demanda social, nascem um conjunto de iniciativas nos governos e no seio da sociedade, que somadas, podem produzir uma reforma silenciosa na esfera pública.

ABSTRACT

This paper aims to explore the use of the Internet as a means to improve and democratize public policies aimed at social participation in the Brazilian Federal Senate, seeking to examine, through data and theoretically, the concepts of network society, participatory legislation and digital democracy and its limits and possibilities in the face of the initiative of the "E-Citizenship" website of the Federal Senate, using both the methodological perspectives of "in-depth evaluation" and the "participatory approach" and dialoguing the results of the work with theories of the thinkers Jean-Jacques Rousseau and Manuel Castells. E-Citizenship is a website hosted on the Senate portal, and aims to encourage greater citizen participation in legislative activities, through 3 tools: The "Legislative Idea", where it is possible to send and support legislative ideas; The "Interactive Event", where it is possible to participate in public hearings through a specific page that is created to convey each event; and the "Public Consultation", where it is possible to comment on pending proposals. Created in 2015, E-Citizenship has already produced expressive numbers, with 718 interactive events being held, having received a total of 8,752 ideas of law and making 4,126 public consultations, which together received 2,922,785 votes until October 2016. In this context, to analyze the website and understand to what extent it creates and projects a new type of relationship between the civil sphere and politics, I will try to answer initially four questions: 1) What is the participation model? 2) What strategies for the dissemination and mobilization of users and parliamentarians and their motivations for engagement and absence? 3) What is the volume and frequency of participation, profile of users and their perceptions about the website? And 4) What results does this participation produce in the legislative circuit? In a current context of strong demand for citizen participation in politics, expressed intensely since the "June days" in 2013; of ethical exhaustion and crisis of legitimacy of the national congress, expressed in countless



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

researches that measure the degree of trustworthiness in the institutions; and the consolidation of the internet as an efficient mobilizer in the political arena, initiatives such as E-Citizenship can produce and conduct the public debate on the social control of the parliament, pointing out and driving the consolidation of these necessary public policies, as they improve the system democratic. In view of this, I believe that the E-Citizenship initiative is now leading a promising trend in the Brazilian political sphere and that its study can be definitive in its directions, realizing that the concepts of e-government and digital democracy are advancing to the extent that, as a result of this strong social demand, a set of initiatives are born in the governments and in the society, that together, can produce a silent reform in the public sphere.

Palavras Chaves:

E-Cidadania, Democracia Digital, Legislação Participativa

Keywords:

E-Citizenship, Digital Democracy, Participatory Legislation



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Este trabalho pretende se aprofundar sobre o emprego da internet como meio para o aperfeiçoamento e democratização das políticas públicas destinadas a participação social no Congresso Nacional brasileiro, buscando examinar os conceitos de sociedade em rede, legislação participativa e democracia digital e seus limites e possibilidades diante da iniciativa do E-Cidadania do Senado Federal.

O E-Cidadania¹ é um website hospedado dentro do portal virtual do Senado Federal, que tem o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa. Além de promover maior conhecimento da população sobre o processo legislativo e os debates em curso no Senado Federal e facilitar aos senadores o acesso amplo às manifestações da sociedade sobre os temas em discussão. As formas de participação no E-Cidadania se dão principalmente por três ferramentas disponíveis, que são:

A Ideia Legislativa, onde é possível enviar e apoiar ideias legislativas, que são sugestões de alteração na legislação vigente ou de criação de novas leis. As ideias que receberem 20 mil apoios são encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebem parecer. O Evento Interativo, onde é possível participar de audiências públicas, sabatinas e outros eventos abertos. Para cada evento, é criada uma página específica onde haverá: a transmissão ao vivo; espaço para publicação de comentários; apresentações, notícias e documentos referentes ao evento. E a Consulta Pública, onde é possível opinar por meio de enquetes sobre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e outras proposições em tramitação no Senado Federal até a deliberação final (sanção, promulgação, envio à Câmara dos Deputados ou arquivamento).

O E-Cidadania foi regulamentado em 27 de novembro de 2015, sendo administrado pelo Serviço de Apoio ao Programa E-Cidadania, unidade que integra a Secretaria de Comissões, subordinada à Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

¹ Informações extraídas do próprio website, que pode ser acessado em: www.senado.leg.br/ecidadania



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Este website pode ser considerado uma das maiores experiências de participação social do parlamento brasileiro. O E-Cidadania produziu números expressivos, sendo realizados 718 eventos interativos que somaram 6.109 participantes e 22.755 comentários. Além de ter recebido um total de 8.752 ideias de lei enviadas por 6.194 cidadãos e estas receberam, juntas, 410.419 apoios.

No entanto, são as consultas públicas do E-Cidadania a ferramenta mais popular, alcançando um total de 1.921.054 cidadãos cadastrados que votaram, juntos, 2.922.785 vezes em 4.126 consultas realizadas até outubro do corrente ano, sendo o caso de maior relevo a consulta sobre a PEC 106/2015 do senador Jorge Viana do PT do Acre, que visa reduzir o número de deputados e senadores, tendo recebido um total de 511.926 votos, sendo 510.363 favoráveis e 1.563 contrários.

Neste contexto, para analisar o respectivo website e entender em que medida este cria e projeta um novo tipo de relação entre a esfera civil e a esfera política, buscarei responder inicialmente a estas onze perguntas de partida: 1) Como se deu o processo de formulação do website? 2) Qual o modelo de participação? 3) Como se dá o provimento de informações aos usuários? 4) Quais as estratégias de divulgação e mobilização de usuários? 5) Qual o volume e frequência da participação? 6) Que resultados esta participação produz no circuito legislativo e o caráter deste resultado? 7) Quais as distinções e semelhanças entre outros websites de mesmo intento? 8) Quais as motivações de engajamento e ausência entre os parlamentares? 9) Quais os impactos causados nos mandatos a partir do engajamento no website? 10) Qual o perfil social dos usuários? E por fim, 11) Quais as amplas percepções dos usuários sobre o website, a política e suas motivações de engajamento?

Este trabalho é fruto e continuidade de uma pesquisa que venho desenvolvendo há cerca de quatro anos sobre o controle social no parlamento, movido inicialmente pela intenção de conhecer as práticas e ações de controle social sobre os mandatos parlamentares, visto que, à época, me perguntava sobre o porquê das ações de controle social sobre o parlamento não terem tanta notoriedade e atenção pública e acadêmica como dispõem as ações de controle social sobre o poder executivo.

Para tanto, em 2012, resolvi fazer um primeiro levantamento de dados, pesquisando os sites das 27 assembleias legislativas, das 27 câmaras municipais das capitais do país e os sites da Câmara



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dos Deputados e do Senado Federal, em busca de identificar políticas de participação social. Nesse primeiro momento, não consegui identificar mais do que três incipientes iniciativas pelo país, o que me instigou mais ainda. Dessas, apenas a experiência do, então embrionário, E-Democracia me chamou a atenção, mesmo com o formato limitado do projeto à época.

Resolvi então fazer um novo levantamento, agora mais amplo e minucioso, concentrando as buscas inicialmente nos sites dos 594 congressistas (deputados federais e senadores) e depois ampliando a pesquisa para sites de deputados estaduais e vereadores de capitais pertencentes a partidos de esquerda. Nessa nova rodada, os achados relevantes também foram raros (levando em consideração o universo pesquisado), a quase totalidade dos parlamentares seguia o padrão de utilizar seus sites para fins de repasse de informações do mandato e exposição de seus contatos (geralmente email, telefone e redes sociais) limitando a relação com os internautas a uma dimensão passiva e unilateral. Em apenas 11 sites existiam espaço para comentário nas postagens e em 6 existiam enquetes de opinião, porém, destes, 3 sem um único uso. Neste universo pesquisado, apenas 5 parlamentares protagonizaram ações diferenciadas.

O deputado federal paulista Penna do PV possuía uma TV virtual onde transmitia reuniões e fazia conferências com internautas; o deputado carioca Molon do PT chegou a lançar uma rede social própria, porém, a mesma apresentava seguidas falhas de funcionalidades e dias depois saiu do ar (mantive contato posterior com a assessoria do mesmo e a informação é que a iniciativa não mais seria implementada, e não foi), o senador carioca Lindbergh Farias do PT inovou e antes de construir seu site criou um protótipo que continha apenas um espaço de *chat* e um vídeo onde o mesmo chamava os internautas a debaterem como seria o seu futuro site, acompanhei os debates por meses, porém, o site final, afora o espaço de *chat*, seguiu o padrão recorrentemente encontrado nesta pesquisa.

Já os deputados Glauber Braga do PSB-RJ e Padre João do PT-MG, apesar de possuírem sites no padrão recorrente, apresentavam neles experiências presenciais (off line) de controle social sobre seus mandatos. Padre João exibia um sistema de conselhos regionais do mandato, expondo uma lista de conselheiros, calendário de reuniões, fotos, demandas apresentadas e um regimento interno do conselho. Glauber exibia uma iniciativa intitulada “emendas participativas”, um sistema



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de plenárias organizadas pelo mandato que se inspirava no ideário do orçamento participativo, porém, que se direcionava a elaboração e definição participativa em torno das emendas a serem apresentadas pelo deputado no orçamento federal.

O terceiro momento da pesquisa se constituiu em um levantamento de dados sobre experiências de controle social no parlamento pelo mundo. Neste momento, encontrei a experiência que considero exemplar, trata-se de um partido político local sueco, o *Demoex* (democracia experimental), criado em 2000 na cidade de Estocolmo e que pretende ser uma experiência parlamentar de democracia direta. Este partido obteve um mandato na câmara municipal de Vallentuna em 2002 e a estudante Parisa Malogholi (reeleita em 2006) regeu seus mandatos por um sistema onde ela votava no plenário de acordo com os resultados das votações online prévias feitas entre os membros do partido em sua plataforma virtual.

O quarto momento da pesquisa se deu na busca por referências bibliográficas que proporcionassem leituras que me auxiliassem na construção de um artigo sobre o tema e de laboratórios acadêmicos onde pudesse me articular com outros pesquisadores. Essa etapa foi iniciada, entretanto, ainda não concluída. Iniciei leituras de Rousseau, Manuel Castells e Pierre Lévy e fiz contatos com o centro de estudos avançados em democracia direta (CEADD) da UFBA. Porém, interrompi a pesquisa no fim de 2012 por motivos profissionais.

Em julho de 2013, decidi me aventurar por uma experiência de cunho empírico, buscando transformar o conjunto de dados, reflexões e ideias acumuladas sobre o tema em uma plataforma virtual, uma rede social focada no controle social sobre o parlamento. Surge daí, em 23 de agosto de 2013, o www.euparticipo.com.br², uma iniciativa experimental, sem fins de lucro, que visava disponibilizar, de forma gratuita, um sistema de democratização do mandato parlamentar, simplificando o acesso das pessoas aos mandatos e possibilitando que elas aprendessem e exercessem virtualmente as funções do mandatário, além de dispor de um sistema de controle social sobre o voto parlamentar através de enquetes. Essa interação entre o cidadão e o parlamentar era

² Além deste link, maiores informações podem ser encontradas na fanpage da rede social Facebook, em: <https://www.facebook.com/EuParticipo-554222354611443/timeline> e no canal do EuParticipo no Youtube, em: <https://www.youtube.com/channel/UCDVwlAkPBtfXAz2EArvPdnw>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

realizada a partir de uma “aliança” que estes faziam entre si dentro da rede, habilitando o cidadão a interagir de 10 formas possíveis com o mandato.

O EuParticipo teve uma boa recepção, tanto entre os internautas (chegou a ter mais de 12 mil cadastros), quanto entre parlamentares (teve 42 adesões), além de mais de duas dezenas de matérias na imprensa e vários convites para apresentação da experiência em eventos, com destaque para o seminário *Juventud y Participación Política en la Toma de Decisiones Públicas* realizado em Brasília pelo PNUD.

Entretanto, a rede EuParticipo não gerou o resultado esperado: o controle social sobre parlamentares, transformando-se apenas em um fórum de boas discussões políticas. Dentre tantos, três motivos, de forma evidente, contribuíram para esse desfecho: a) a rejeição dos usuários sobre os parlamentares; b) a manifesta falta de entendimento dos usuários sobre os processos legislativos e seu cotidiano; e c) a falta de proatividade dos parlamentares, que se dedicavam exclusivamente a replicar na rede informações sobre sua atuação, não utilizando, por exemplo, em nenhum caso a ferramenta disponível de enquetes para consulta de opinião entre os internautas. O nível de participação e postagens na rede foi bastante elevado entre o final de 2013 e todo o ano de 2014, porem, desacelerou em 2015 e no final de 2016 foi tirada do ar para um reestudo e reformulação.

Em fevereiro deste ano, iniciamos, de forma voluntária, em parceria com o mandato do deputado estadual cearense Renato Roseno do PSOL, a elaboração e implementação em caráter experimental de uma rede de conselheiros para o mandato, a partir da experiência do EuParticipo.

Atualmente, desenvolvo este trabalho de pesquisa visando aprofundar e consolidar meus estudos sobre a temática a partir de um suporte acadêmico e de orientação no mestrado de sociología da Universidade Estadual do Ceará

Para analisar respectivo website buscarei responder inicialmente a onze perguntas de partida, bem como analisar os dados a luz de autores clássicos e contemporâneos, tendo como autores e conceitos prioritários a concepção histórica de parlamento e representação política em Platão e Jean-Jacques Rousseau, e os conceitos de sociedade em rede, cibercultura, redes sociais, governo eletrônico, democracia digital e participativa em Manuel Castells e Pierre Levy.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco Teórico

Rousseau é um dos principais pensadores sobre a concepção de parlamento. Suas ideias serviram de referência à Revolução Francesa e permanecem como elementares para a compreensão do Estado moderno. O diferencial de sua teoria, se comparada a outros contratualistas, é a exigência da participação direta do povo no ato legislativo. Para ele, a fundamentação do Estado é a vontade geral, que surge do conflito entre as vontades particulares do conjunto dos cidadãos, suplantando os interesses privados pela vontade coletiva. A Assembleia é a construtora do interesse comum, o espaço de destruição das vontades particulares e a consagração do bem comum.

Para o autor, o poder pode ser transmitido mas a vontade não, fazendo com que a representação só seja possível quando o cidadão fala por si mesmo. Ele considera possível a ideia de representatividade no executivo, onde a lógica da praticidade e dos encaminhamentos prevalecem, mas não no parlamento. Para ele, não se pode haver democracia se essa não for direta e as leis que não são ratificadas pelo povo devem ser consideradas nulas, tendo a ideia de *representatividade no poder* se originado na ideia de superioridade, aceita entre vários povos. Assim, ele acredita na educação como condição e pré-requisito para a democracia direta. A ideia de democracia em Rousseau posiciona-se no plano do dever-ser, necessitando de uma ação efetiva que conduza à sua materialização.

Para Tocqueville, a democracia vai para além de um sistema político, ela se constitui num “modo de vida”, e, enquanto tal, para ser efetivada não depende somente de transformações na esfera institucional, mas, sobretudo no campo da cultura política das sociedades. Já o pensamento da alemã Hannah Arendt destaca reflexões no sentido de apontar que a essência da política é a democracia e que, no contexto da modernidade, essa essência vem sofrendo deturpações, seja pelo advento dos regimes totalitários, seja pelo viés burocrático da democracia representativa.

Para a autora, o sentido da política reside na coesão ético-política entre o povo e suas lideranças, o que de modo algum pode ser constatado nas democracias liberais modernas, as quais, através de seu regime de representação, “produzem” a apatia política, a atomização dos indivíduos, a restrição da liberdade ao instante do voto, tornando assim impraticável a ação política popular direta.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As democracias representativas, portanto, diminuem drasticamente um aspecto fundamental da política, qual seja: a participação. Pois nelas, os atores por excelência passam a ser os partidos políticos, que são poucos, e o *aparelho* partidário em si, obriga o fluxo do poder a mover-se de cima pra baixo, e não vice-versa. A democracia se transforma numa oligarquia nas palavras de Arendt, que são combinadas com as de Michels: “*quem diz organização, diz tendência à oligarquia*”. Nessa perspectiva, se reforça a distinção entre governantes e governados e se reafirma a concepção da política como dominação do *homem pelo homem*. Além desses há também outro elemento que emerge como sintoma da “representatividade”, que é a “profissionalização da política”. Segundo Arendt,

“O sistema representativo traz consigo as ideias de que é possível prescindir da participação política popular direta e de que os cidadãos não são capazes de gerir a coisa pública, que deve ser confiada a especialistas.” (ARENDDT; 2001)

Desse modo, num contexto de recuo da participação e de avanço da profissionalização, a política passa a ser feita numa perspectiva “vazia” de sentido, e os que se motivam a “participar” dela o fazem orientados meramente por interesses. Segundo Arendt, na modernidade a esfera pública, espaço por excelência da política, passa por transformações, evidenciadas pelo recuo de seu caráter plural e comum, bem como pela consolidação de uma razão instrumental como elemento orientador das práticas políticas.

Nos tempos atuais, a socialização humana passa por mudanças e uma nova geração de *nativos digitais* (jovens que nasceram nas duas últimas décadas) já enxergam nas redes sociais e ferramentas digitais uma tecnologia de rotina (não mais uma novidade), gerando uma socialização onde distância e verticalidade abrem espaço para rapidez e horizontalidade nos processos comunicacionais, e com isso, uma nova geração de sujeitos políticos passam a atuar e incidir na cultura e na política. O sociólogo espanhol Manuel Castells tem dedicado esforços para entender os



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

novos movimentos sociais, em entrevista ³ao jornal O Globo de 29 de junho de 2013 ele define o caráter desses movimentos e o que buscam:

“...são as redes na internet, presença no espaço urbano, ausência de liderança, autonomia, ausência de temor, além de abrangência de toda a sociedade e não apenas um grupo. Em grande parte os movimentos são liderados pela juventude e estão à procura de uma nova democracia.”

Há paradigmas sendo quebrados. Esta nova sociedade informacional remodela as formas de convivência e o lugar de poder, a democracia representativa como conhecemos hoje passa ao centro do debate a partir dos movimentos políticos planetários de contestação registrados na última década.

Pierre Lévy, um dos maiores estudiosos das relações entre internet e as esfera pública e política, aponta que os avanços nas tecnologias de informação proporcionará um progresso a democracia nunca antes visto, entendendo que os ambientes virtuais geram empoderamento dos sujeitos, permitindo as pessoas de levantarem e pautarem suas questões e reivindicações e, eventualmente, submetê-las às autoridades políticas, sendo esse, junto com a maior transparência das informações públicas, o caminho pelo qual a democracia irá progredir.

³ Ver em: <http://oglobo.globo.com/brasil/manuel-castells-povo-nao-vai-se-cansar-de-protestar-8860333>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Para Nilson Holanda, avaliação de políticas públicas pode abarcar os mais variados aspectos do projeto ou programa, que vão desde sua concepção original ao seu planejamento e ao seu processo de implementação, além da aferição dos seus efeitos e resultados de curto, médio e longo prazo. A avaliação é um instrumento para maximizar a eficácia (em termos de fins alcançados) e a eficiência (do ponto de vista da economicidade dos meios) dos programas governamentais, numa conjuntura de recursos cada vez mais escassos. Para ele, avaliação de políticas públicas consiste em:

“um procedimento sistemático e ordenado que busca aferir os resultados e impactos das políticas públicas mediante a formulação de um juízo objetivo sobre o mérito, o valor, a utilidade, a relevância, a eficiência, a eficácia, e a efetividade dessas intervenções.” (NILSON 2006)

Para Nilson, o processo de avaliação e análise pode ser desenvolvido em diversos níveis e sob diferentes enfoques, mas sempre pressupõe a explicitação de um modelo de avaliação, ou seja, de um quadro de referência que busca resgatar a lógica interna ou a teoria que está subjacente à intervenção, programa ou projeto que é objeto da avaliação.

A pesquisadora Lea Carvalho apresenta um conceito de “avaliação em profundidade”, motivada pela constatação da insuficiência dos modelos clássicos de análise e da necessidade cada vez mais premente de se realizarem pesquisas com uma abordagem processual, multidimensional e interdisciplinar, que considerem o contexto social, econômico, político e cultural, bem como a importância da análise institucional, das relações de poder, dos interesses e valores que permeiam os processos de formulação e implementação dessas políticas. Para a autora, uma avaliação em profundidade precisa dar conta de quatro dimensões analíticas: análise de conteúdo, de contexto e da trajetória institucional de programas e políticas, bem como do espectro temporal e territorial.

Já a pesquisadora Ozanira Silva apresenta o conceito de “abordagem participativa” na avaliação de políticas públicas. Ela defende que toda política pública deve ser percebida na relação dialética entre duas dimensões: uma técnica e outra política. E que essas políticas se estruturam, se



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

organizam e se concretizam a partir de interesses sociais organizados, articulando diferentes sujeitos e grupos de pressão, com expectativas diversas dentro de um jogo de interesses.

É a partir destas duas perspectivas metodológicas, a “avaliação em profundidade” e a “abordagem participativa”, que pretendo desenvolver este trabalho, que inicialmente dividirei em três rotinas de desenvolvimento: a) a pesquisa teórica, b) a pesquisa empírica e c) a elaboração do texto.

A pesquisa teórica constituirá em uma pesquisa bibliográfica que será estabelecida em um Plano de Estudos que se direcionará as principais obras e conceituações sobre os temas vinculados ao objeto central do trabalho, como sociedade em rede, cibercultura, redes sociais, governo eletrônico, democracia digital e participativa, parlamento, representação política e legislação participativa, elencando autores especialista nos temas prioritários, como: Platão, Rousseau, Manuel Castells e Pierre Levy e um conjunto de outros autores na bibliografia complementar.

O segundo eixo será a pesquisa empírica, que se fundamentará essencialmente na análise do dois website, tendo como foco identificar como se deu o processo de formulação e criação dos dois websites, analisar o modelo e os fluxos de participação, o provimento de informações disponíveis ao usuário, o volume e a frequência da participação, o caráter e perfil das demandas apresentadas, as estratégia de mobilização de usuários, os resultados obtidos e seus impactos, o perfil dos usuários e suas percepções, e ainda o tipo e nível de engajamento de usuários e parlamentares, além do impacto do website nos mandatos engajados. Para tanto, procederei a análise, tomando os referenciais metodológicos já expostos acima.

Em seguida, pretendo realizar três rodadas de entrevistas a distância, sendo a primeira com os gestores dos projetos, buscando, dentre outros, identificar como se deu a formulação do website, as estratégias de mobilização de usuários e as nuances da gestão do portal. A segunda entrevista será com os parlamentares mais atuantes no website, buscando identificar os impactos dessa atuação nos mandatos e as percepções destes sobre o website. Por fim, pretendo realizar, através de questionário virtual, uma pesquisa junto aos usuários do website, tentando identificar seu perfil social e suas percepções sobre os portais e a política.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O terceiro eixo consiste na elaboração do texto da dissertação onde apresentarei a análise dos dados baseado nos referencias teóricos e na pesquisa empírica, buscando comparar os resultados colhidos e conclusões sobre o website.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Conclusões Preliminares

As políticas públicas voltadas ao controle social sobre o parlamento, se comparadas as existentes e direcionadas ao poder executivo, podem ser qualificadas como não consolidadas e emergentes, em um cenário de escassas iniciativas e pouco debate acumulado. Se observarmos o poder executivo listaremos com facilidade várias políticas públicas e iniciativas de controle social solidificadas e nos debruçaremos sobre uma trajetória cada vez mais ascendente. Exemplos como o orçamento participativo, conselhos de gestão e conferências setoriais, e sobretudo, o caráter permanente de muitas dessas políticas asseguram essa afirmação.

Em paralelo a essa realidade atual do parlamento e de suas políticas de controle social, três fatores dinamizam essa conjuntura apontando-nos um cenário favorável a mudanças. O primeiro fator é a demanda latente por participação dos cidadãos na política, esse fenômeno foi expresso contundentemente nas conhecidas “jornadas de junho” em 2013 e no conjunto de mobilizações que se seguiram a essa jornada.

O segundo reside no desgaste histórico por que passa o parlamento brasileiro perante a opinião pública, dado atestado por inúmeras pesquisas de opinião ⁴ nos últimos seis anos, que revelam ser o poder legislativo federal a instituição menos confiável pelos brasileiros.

O terceiro é o fato das redes sociais e o conjunto de avanços das tecnologias de informação (TIC's) e os seus usos como instrumento mobilizador e articulador no cenário político já se mostraram eficientes, econômicos e produtores de uma nova realidade de engajamento cívico, apontando para um cenário de enquadramento do poder público no sentido que este se modernize (se conecte) e aperfeiçoe os serviços públicos e, sobretudo, democratize suas relações com o cidadão.

Portanto, nesse contexto de demanda por participação, de desgaste do congresso e de consolidação da internet e as TIC's como meio mobilizador eficiente no cenário político, iniciativas como o E-Cidadania podem produzir e conduzir o debate público sobre o controle social do

⁴ Ver em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/instituicees-politicas-perdem-ainda-mais-a-confianca-dos-brasileiros.aspx>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

parlamento, apontando e impulsionando os caminhos da consolidação destas necessárias políticas públicas, visto que se conectam, em essência, com os imperativos constitucionais de publicidade, transparência, economia, eficiência e, sobretudo, porque aperfeiçoam o sistema democrático.

Avalio que o estudo sobre esse portal contém um caráter estratégico no campo das políticas públicas se os pensarmos no contexto da crise de representatividade e sobre este cenário de forte demanda por participação política na sociedade e, sobretudo, porque se tratam, também, de ferramentas virtuais inseridas em uma nova realidade de engajamento cívico e com notório potencial de impacto no conjunto do parlamento brasileiro, em todos os seus níveis.

Considero que esta iniciativa lidera hoje uma tendência potencialmente promissora na esfera política brasileira e que seus rumos, e estudos, podem ser definidores neste cenário, percebendo que os conceitos de governo eletrônico e democracia digital avançam na medida em que, em decorrência dessa forte demanda social, nascem um conjunto de iniciativas nos governos e no seio da sociedade civil, que somadas, podem produzir uma reforma silenciosa das esferas públicas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

- ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- HOLANDA, Nilson. **Avaliação de Programas**: conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa. Instituto Piaget. 2003.
- ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da Educação** (Livro Primeiro). São Paulo: Martins Fontes.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social e Outros Escritos**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora: São Luis: GAEPP, 2008